ACTA REFERENTE À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 18/03/2017

Ao terceiro dia do mês de março de dois mil e dezassete, reuniu-se pelas nove e trinta horas, em sessão ordinária, a Assembleia Geral da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, na Associação FCMP – Escola Profissional, sita na rua das Quintas, Monte da Caparica, sendo a Mesa da Assembleia Geral composta pelos Companheiros Armando Gonçalves que presidiu, Jorge Agostinho e Ilídio Espada que o secretariaram, com a seguinte ordem de trabalhos:--------

1 – Leitura e aprovação das atas das Assembleias Gerais de 17 de dezembro de 2016.----------

2 – Apreciação e votação do Relatório, Balanço e Contas relativos a 2016.----------

3 – Ratificação do Regulamento de Disciplina.----------

4 – Trinta minutos para tratar de assuntos com interesse para a vida associativa.----------

Iniciou-se a sessão com a tomada de posse dos delegados e membros dos órgãos sociais anteriormente eleitos, porém ausentes nas anteriores AG.----------

Verificada a presença de 26 delegados e depois de lida a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu início aos trabalhos. A ata referente à Assembleia Eleitoral de 17 de dezembro de 2016, foi aprovada por unanimidade. No que concerne à ata da Assembleia Geral Ordinária de 17 de dezembro de 2016, e tendo havido, previamente, sugestões de alteração por parte de um delegado, foi uma dessas sugestões tida em conta, sendo a proposta de ata, que fora enviada, aos delegados nos termos do Regulamento de Funcionamento das Assembleias Gerais da FCMP (RFAG), alterada em conformidade. Submetida a votação, foi a ata aprovada, por maioria, com uma abstenção. Seguiu-se uma breve explicação, por parte do Presidente da MAG, sobre a filosofia subjacente à elaboração das atas, realçando que, nos termos do Regulamento de Funcionamento das Assembleias, os delegados dispõem de um período de quinze dias, após a receção da proposta de ata que lhes é enviada, para fazer sugestões e reclamar dessa proposta. Quanto ao texto das atas, disse haver dois aspetos a referir. Em primeiro, as questões de formatação têm caráter subjetivo, havendo múltiplas opções defendidas por muitos autores da especialidade, sendo que o tipo de texto escolhido, desde há longos anos, nas atas das Assembleias Gerais da FCMP, é um dos vários possíveis e é semelhante ao de outras congéneres. Em segundo, quanto ao conteúdo da ata, referiu estarem registados todos os temas obrigatórios, a saber, os nomes de todos os delegados que fizeram intervenções, todos os temas referidos na Assembleia Geral e, ainda, todos os resultados das votações que ocorreram. Disse também que, a fidelidade da transcrição é garantida por as atas serem elaboradas com base nas gravações efetuadas, tendo também referido que diversas atas tiveram que ser enviadas a entidades oficiais, sem nunca terem sido objeto de qualquer reparo dessas entidades. O delegado Luís Ramos pediu a palavra, considerando que além de dever constar os nomes dos delegados faltosos às Assembleias, entendia que a redação das atas é demasiado maçuda e, assim, ninguém as lia. Sobre o tema das faltas e respetivas justificações, interveio o delegado Joaquim Pinote, manifestando a sua dúvida sobre a perda de mandato por faltas às Assembleias, questionando se um delegado manterá o mandato mesmo faltando a todas as reuniões, desde que justifique. O Presidente da MAG, esclareceu as dúvidas dos delegados, tendo voltado a justificar o tipo de formatação do texto das atas e não achando correto considerar-se maçuda uma ata com menos de duas páginas. Referiu que o registo de presenças é exarado em livro próprio, estando referido na ata o número de delegados presentes. Quanto às justificações de faltas, devido a poderem ser apresentadas até dez dias após a Assembleia Geral, elas não fazem parte da ata ficando, no entanto, devidamente registadas. Finalmente, referiu que a perda de mandato, ao abrigo do artigo 5º do RFAG, só é aplicável a delegados que faltem, sem justificação.----------

O **ponto 2** da ordem de trabalhos (doravante designada OT), iniciou-se com a intervenção do Presidente João Queiroz, referindo o êxito que foi o rally FICC em Ponte de Lima, lamentando porém a escassa cobertura mediática que o mesmo teve. Informou o apoio à recandidatura do companheiro João Pereira a um novo mandato na FICC. Referiu a presença da FCMP em Assembleias internacionais congéneres, o aumento do número de atletas de alto rendimento, bem como os de escalada e skyrunning. Agradeceu o empenhamento de todos os profissionais da instituição. Seguiu-se, o vice-presidente Paulo Sousa, que a apresentou um vídeo sobre a evolução positiva, em parâmetros diversos, da execução orçamental do ano de 2016. Refere-se esta intervenção, não obstante a impossibilidade de ser transcrito o teor do vídeo, em ata. Foi, seguidamente, lido pela secretária do Conselho Fiscal, Paula Cristina Marques, o Parecer desse órgão. Inscreveram-se para a primeira ronda da discussão do ponto 2 da OT, sete delegados. Albano Gomes: referência à retirada dos 10%, que são prestação de serviços e não subsídio, e se existe impedimento legal por parte do IPDJ para a atribuição dos 10%, pede acesso ao documento justificativo desse impedimento. Referiu ainda o convite feito pelo presidente da FICC, em Placência, Espanha, para integrar a organização do rally2016, onde a FCMP estaria igualmente presente com um elemento. Disse que os Conselhos Regionais continuam sem

competências, de facto, atribuídas. Aguarda informação sobre o propalado milhão de euros que teriam ficado anteriormente a 2012, nos cofres da FCMP. Luís Ramos: apreciação global positiva; felicitação pela apresentação; Conselho Fiscal, como órgão novo, não acompanhou o funcionamento durante 2016; elogio pela gestão equilibrada. João Filipe: Questionou sobre o Curso de Treinadores de Desporto, nomeadamente sobre quantas inscrições, filiados ou não, e sobre o custo de 600 euros ser demasiado elevado. Carlos Nogueira: falta no relatório a menção ao Acampamento do Oeste, de 27 a 29 maio. Joaquim Lucas: substituição dos subsídios por contratos-programa; perguntas sobre quem são os atletas de alta competição e sobre o NCADI nunca aparecer em qualquer relatório. António Pereira: mapa dos acampamentos deverá referir Clube e parque; referiu-se aos 120.000 euros de aumento em trabalhos especializados e ao facto de Açores e Madeira serem regiões autónomas e não distritos. Presidente do Conselho Fiscal, Carlos Correia: falou sobre o acompanhamento que tem feito, ao longo de muitos anos, como membro do Conselho Fiscal, do trabalho das direções.----------

Das respostas: Presidente João Queiroz informou que têm sido feitos vários contratos-programa, ajustados às atividades que os clubes desenvolvem; referiu que os indicadores sobre o rally Ficc, mostram o agrado generalizado, sendo que foi cumprido o contrato estabelecido com a FICC, pelo que não houve, para a FCMP, nem lucro nem prejuízo; nos parques, investir-se-á em viaturas elétricas; disse que foram formados 45 treinadores, todos filiados, que os cursos são caros, porque, não sendo considerados, ainda, como formação profissional, não obtêm subsídios e que os atletas de alta competição, são 7, do skyrunning. O Vice-presidente Paulo Sousa referiu que os subsídios foram transformados em contratos-programa, sendo que alguns clubes receberão mais do que os 10% que recebiam. Disse também que as licenças desportivas estão em curva para a estabilidade, mas deve ser um trabalho conjunto com as filiadas o aumento das mesmas, que, contabilisticamente, os contratos-programa chamam-se subsídios. Finalmente salientou que, no quadro dos acampamentos, de facto, deve constar o clube organizador e o parque e que o acréscimo nos trabalhos especializados, tem a ver com as atividades, nomeadamente o rally FICC, e também com o aumento do número de técnicos necessários ao funcionamento do rocódromo.----------

Iniciou-se uma 2ª ronda de intervenções, onde se inscreveram três delegados. Albano Gomes: lamentou a forma menos elegante como foi tratado o Presidente da MAG, aquando do momento inaugural do rally FICC, pois, estando presente, não foi convidado a sentar-se junto das entidades oficiais. Informou que, em reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo dos vários dias do evento, é convidado de honra, da FECC, no próximo acampamento nacional de Espanha, em Aranda del Duero. Joaquim Lucas: há clubes, chamados grandes, que não incentivam os seus associados a requerer a Licença Desportiva; A FCMP acomodou-se aos parques que tem, e não procura os concessionários dos parques, para obter descontos para as Licenças Desportivas. Sugere que possam ser, também, os Conselhos Regionais, a fazer esse trabalho. Lamenta que ainda não exista um seguro para autocaravanistas. Tiago Crespo: Reitera o facto de o custo dos cursos ser demasiado elevado.----------

Das respostas: o Vice-presidente Jaime Santana agradeceu e reconheceu o trabalho desenvolvido pelo companheiro Albano Gomes, aquando do rally FICC, manifestando igualmente o seu desagrado pela forma com algumas coisas que aí se passaram. João Queiroz informou que apesar de se continuar a tentar, ainda não se conseguiu obter um seguro para autocaravanistas, que seja competitivo e tenha as garantias necessárias e que o curso de pedestrianismo custou 400 e não 600 euros.----------

Colocado à votação o Relatório e Contas 2016, foi o mesmo aprovado por unanimidade.----------

Passou-se à discussão do **ponto 3** da O.T. O Presidente João Queiroz, explicou as razões da necessidade de alterações, pois 2017 é ano de renovação da U.P.D. e o I.P.D.J., impôs alterações, por força das disposições legais. Usou então da palavra a companheira Eduarda Castro, Presidente do Conselho de Disciplina, que mencionou a necessidade do Regulamento de Disciplina ser modernizado, agilizado e adaptado aos tempos de hoje. Assim, foram explicadas as razões das alterações aplicadas, em cada um dos artigos alterados. Foram pedidos esclarecimentos por três delegados, sendo as respostas dadas pela companheira Eduarda Castro. Luis Ramos: existe a salvaguarda do recurso do participante? Sim, os artigos 9 e 14º, prevêem-no. António Pereira: Tendo por base as alterações do artigo 21º, quem tiver várias infrações leves, não tem sanção? Não, com a atual redação, não existe sanção. Dada porém, a eventual possibilidade, de uma infração leve poder ser reiteradamente praticada, será levada em linha de conta a sugestão de o poder vir a ser. Armando Gonçalves: Em penas disciplinares há possibilidade de recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto? Sim, há, bem como para o Conselho de Justiça. Não havendo mais questões, foi posta à votação, e aprovada por unanimidade, a ratificação das alterações ao Regulamento de Disciplina.----------

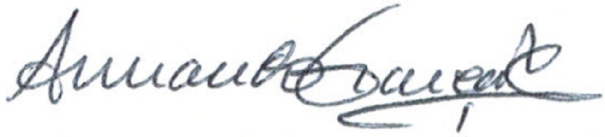
Para o **ponto 4** da O.T., inscreveram-se oito delegados e a coordenadora do Conselho Regional Norte, Elisa Pestana. Tiago Crespo: retificado o valor mencionado anteriormente de 600 para 550 euros, pela participação nos cursos. Albano Gomes: a Federação não faz acampamentos. Só apoia. Os clubes organizam. Irá haver um acampamento Nacional e um acampamento Ibérico? Deixaram de se realizar os acampamentos Regionais, dinamizados pelos Conselhos Regionais. Luís Ramos: reitera a sua discordância com no texto do parecer do Conselho Fiscal se dizer que Conselho Fiscal acompanhou o funcionamento da FCMP durante 2016, bem como, com a resposta entretanto apresentada; referiu que o decréscimo de Licenças Desportivas do C.C.C.Almada, se deveu ao facto do encerramento do parque de campismo da Maçã. João Filipe: preocupações dos treinadores em relação à revalidação das cédulas, sendo que os necessários créditos são atribuídos em ações de formação, realizadas maioritariamente no continente. Taxas aplicadas na Madeira. A portaria em vigor, aplica taxa de 2 euros por praticante individual e 5 euros sendo uma empresa. Existindo a possibilidade de isenções a instituições sem fins lucrativos, solicita o apoio institucional da FCMP, junto das instâncias regionais. Joaquim Lucas: existem 12 duplas filiações. António Pereira: qual o ponto de situação da Escola Profissional? Regista o bom acolhimento da recomendação apresentada na anterior Assembleia Geral., dado o selo da Licença Desportiva, ser agora enviado em envelope da FCMP. Elisa Pestana: dúvida sobre acidente ocorrido num parque, devido a informação dos serviços, da não cobertura pelo seguro, que só seria efetivo caso fosse no decorrer de uma atividade desportiva, que não era o caso. Joaquim Pinote: entende que o seguro é efetivo em permanência. Daniel Oliveira: colocou diversas questões - a U.P.D. já foi renovada? Ponto de situação do DL 45/2015? Para quando a prometida, em 2013, reunião dos Técnicos? Como obter até 2018 os 10 créditos necessários para a renovação da Cédula de Treinador? Disse que com workshops que atribuem 0,6 créditos, realizados quase exclusivamente em Lisboa, a FCMP irá perder muitos treinadores e sugeriu a revisão do regulamento de despesas.----------

Das respostas: Presidente João Queiroz: no que concerne às duplas filiações, é política da Direção, além de não legitimar a associação congénere, acolher no seu seio, os descontentes da mesma. Sendo que este ano se fará a renovação da U.P.D., que foi pedida por ambas, a situação será finalmente clarificada e, consequentemente, a questão do DL 45/2015. A formação contínua, que atribui créditos, será mensal em Lisboa e replicada pelo país. Disse que se aguarda reunião com o Governo Regional da Madeira e posteriormente com a Direção Geral das Florestas. Sobre a Escola, referiu que ainda não está legalizada, faltando o plano de segurança e a certificação das acessibilidades por parte da câmara de Almada. O vice-presidente Paulo Sousa esclarece que, de facto, a FCMP não organiza acampamentos. O acampamento que se realizará em 2017, é só, o Acampamento Ibérico. Tem que se avançar com a formação de Formadores, para, aí sim, se poder replicar pelo país as ações de formação. Referindo o assunto dos seguros, é de opinião que o portador da Licença Desportiva, quando está no parque, está a praticar desporto, como tal está coberto. A participação terá que ser feita pela filiada.----------

Nada mais havendo para tratar, foram os trabalhos dados por concluídos pelas 14,00 horas, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos elementos da Mesa.----------

Lisboa, 18 de março de 2017

O Presidente da Mesa



Armando Duarte da Silva Gonçalves

O Secretário da Mesa

Jorge Manuel Agostinho

O Secretário da Mesa

Ilídio Espada Teixeira